

Paulo César de Oliveira*

O exemplo de Itamar Franco

As acusações contra o senador Jaques Wagner, petista histórico, não são novidade na política brasileira. Verdadeiras ou falsas denúncias contra figuras de expressão, de situação e de oposição, surgem e, queiram ou não, deixam marcas e suspeitas que precisam ser apuradas. O acusado, por mais absurda que seja a denúncia precisa provar sua improcedência. E o melhor a fazer é se afastar do cargo ou função que exerça no governo ou no grupo político, seja para provar sua inocência ou admitir sua culpa.

Em casos assim, o acusado de atos de práticas ilegais precisa entender que o outro

lado político, a oposição, não tem interesse direto na sua punição. Quer usar a acusação contra ele para atingir o seu grupo, ainda mais se o grupo no poder. E mais ainda se já estiver enfrentando acusações semelhantes por práticas de um de seus membros. Afastar para apurar e, nada havendo, reconduzir o acusado ao cargo. Esta é a atitude correta, ensinada pelo saudoso presidente Itamar Franco. Já se vão alguns anos da lição, mas a atitude correta é atemporal.

Itamar Franco era o presidente e assumiu depois que Fernando Collor foi “impinchado”. O então ministro da Casa Civil, Henrique Hargreaves - que era amigo

peçoal de Itamar - foi acusado de alguma irregularidade que não ficou bem para o governo e ele disse a Itamar que não era verdade. No entanto Itamar fez que deixasse o cargo e mandou que se justificasse e não sendo verdade retornaria ao ministério. Hargreaves saiu em campo e mostrou a Itamar, comprovadamente, que as acusações eram falsas. Itamar o renomeou para ministro da Casa Civil.

Afora, o senador Jacques Wagner - amigo pessoal de Lula - líder do governo no Senado está sendo acusado de envolvimento com Vorcaro. Para não deixar mal o governo e o seu amigo Lula, deve deixar a

liderança do governo e provar que não são verdadeiras as acusações.

Tudo isto a oposição já está usando para atrapalhar o governo. A oposição precisa de alguém para acusar de envolvimento em corrupção do Master para minimizar as acusações - que muitos consideram já provadas - contra Flávio Bolsonaro.

Apurar a verdade é obrigação do governo. Provar inocência - se é mesmo - é a obrigação de Jaques. Apenas se apresentar como vestal da moralidade não adianta nada.

***Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil**

Erlon Labatut

O pedreiro não será substituído pela IA, mas pelo robô

Há um consolo que circula nos debates sobre o futuro do trabalho: as profissões manuais estão a salvo. Dizem os especialistas que a inteligência artificial, por mais sofisticada que seja, não consegue segurar uma colher de pedreiro, estender massa na parede ou assentar um piso. O trabalho braçal, físico, seria o último reduto humano diante da automação. É uma narrativa reconfortante. E está errada.

O equívoco não está na premissa técnica — de fato, a IA sozinha não reboca paredes. O erro está em ignorar o que vem junto com ela: a IA física. E esse casamento já chegou ao canteiro de obras.

Essa transformação já é visível em diferen-

tes etapas da obra. O WLTR ergue paredes com produtividade superior à de um pedreiro experiente, enquanto o Okibo automatiza tarefas de reboco, lixamento e pintura. Há também o P900, que assenta pisos com rapidez e precisão, e o Dusty Robotics — responsável por transferir projetos digitais diretamente para o canteiro.

Já o Jaibot realiza perfurações para instalações prediais de forma autônoma. O movimento também inclui inovação brasileira, com o Painter Robot automatizando a pintura de fachadas e mostrando que a corrida pela robotização da construção civil já alcançou o país.

Não se trata de uma curiosidade tecnoló-

gica, mas de uma resposta a uma crise estrutural. A construção civil é um dos setores menos produtivos da economia global: nas duas últimas décadas, sua produtividade cresceu apenas 1% ao ano, segundo o McKinsey Global Institute (MGI). Ou seja, cerca de um terço do avanço registrado pela indústria de transformação e abaixo da média da economia.

Ao mesmo tempo, o setor enfrenta escassez de mão de obra. Segundo o National Center for Construction Education and Research (NCCER), 41% dos trabalhadores da construção nos Estados Unidos devem se aposentar até 2031. No Brasil, o Mapa do Trabalho Industrial do SENAI estima a necessidade de preen-

cher mais de 4,4 milhões de vagas até 2027.

Para ser justo, esses robôs não eliminam o trabalhador da obra da noite para o dia: Walter, Jaibot e Painter Robot ainda exigem operadores e supervisão. O que muda é a natureza do trabalho e a relação entre pessoas e produtividade. O pedreiro, o pintor e o azulejista não serão substituídos pela IA que escreve textos. Porém, em parcelas crescentes de suas atividades, darão lugar às máquinas físicas guiadas por projetos digitais. E essa é uma conversa que o Brasil precisa começar a ter agora.

***Criador de conteúdo especializado em robótica e negócios escaláveis**

Ubiratã Dias*

STF reforça a proteção à saúde do trabalhador ao derrubar idade mínima da aposentadoria especial

A recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que derrubou a exigência de idade mínima para a concessão da aposentadoria especial representa um importante marco para a proteção dos trabalhadores expostos a condições prejudiciais à saúde. A medida corrige uma das alterações promovidas pela Reforma da Previdência de 2019 e reafirma a finalidade constitucional desse benefício previdenciário.

A aposentadoria especial foi criada para proteger profissionais que, ao longo de suas atividades laborais, ficam expostos de forma contínua a agentes nocivos capazes de comprometer sua saúde e integridade física. Entre esses agentes estão produtos químicos, ruídos excessivos, radiações, calor intenso, microrganismos, substâncias tóxicas e diversos outros fatores presentes em ambientes de trabalho considerados insalubres.

Historicamente, o benefício sempre teve como principal objetivo permitir que esses trabalhadores fossem afastados precocemente da exposição aos riscos ocupacionais. Trata-se de uma medida preventiva, voltada à preservação da saúde e à redução dos danos causados por anos de contato com agentes nocivos.

Com a Reforma da Previdência, promulgada em 2019, foram introduzidas idades mínimas para a concessão da aposentadoria especial. Na prática, isso significava que muitos trabalhadores, mesmo tendo completado o

tempo necessário de contribuição em atividade especial, precisariam continuar exercendo suas funções até atingir a idade exigida pela nova regra.

Essa mudança gerou inúmeras críticas de especialistas, entidades sindicais e operadores do Direito Previdenciário. Afinal, exigir que o trabalhador permanecesse por mais tempo exposto a condições prejudiciais à saúde contrariava justamente a razão de existir da aposentadoria especial.

Ao analisar a questão, a maioria dos ministros do STF concluiu que a imposição de idade mínima comprometia a finalidade protetiva do benefício. O entendimento predominante foi o de que a Constituição assegura tratamento diferenciado aos trabalhadores submetidos a condições especiais que prejudiquem sua saúde ou integridade física, sendo incompatível impor uma exigência que prolongue essa exposição.

A decisão possui grande relevância social. Em diversos setores da economia, milhares de profissionais exercem suas atividades diariamente em ambientes de risco. É o caso de trabalhadores da indústria, profissionais da saúde, vigilantes, eletricitários, mineradores, metalúrgicos, entre muitas outras categorias que convivem com agentes nocivos ao longo de suas jornadas.

Ao afastar a exigência de idade mínima, o STF reforça o caráter preventivo da aposen-

tadoria especial e garante maior coerência ao sistema previdenciário. Afinal, não faz sentido reconhecer a existência de um risco à saúde do trabalhador e, ao mesmo tempo, obrigá-lo a permanecer exposto a esse risco por mais tempo do que o necessário.

É importante destacar, porém, que a decisão não anulou todos os efeitos da Reforma da Previdência sobre a aposentadoria especial. Permanecem válidas outras alterações introduzidas em 2019, incluindo as novas regras de cálculo do benefício e a vedação à conversão de tempo especial em tempo comum para períodos trabalhados após a entrada em vigor da reforma.

Esse ponto merece atenção. Muitos trabalhadores acreditam que a decisão do STF restabeleceu integralmente as regras anteriores, o que não corresponde à realidade. O julgamento tratou especificamente da exigência de idade mínima, mantendo válidos outros dispositivos aprovados pelo Congresso Nacional.

Além disso, continuam preservados os direitos adquiridos daqueles que preencheram os requisitos para aposentadoria antes da vigência da Reforma da Previdência. Cada caso exige análise individualizada para verificar quais regras são aplicáveis e qual é a forma mais vantajosa de requerer o benefício.

Outro aspecto relevante é a necessidade de comprovação da efetiva exposição a agentes nocivos. O reconhecimento da ati-

vidade especial depende da apresentação de documentos específicos, especialmente o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e demais laudos técnicos que demonstrem as condições de trabalho do segurado.

Nesse cenário, a decisão do STF representa uma vitória importante para os trabalhadores expostos a condições insalubres, mas também reforça a necessidade de informação e planejamento previdenciário. Muitas vezes, profissionais que possuem direito à aposentadoria especial desconhecem as regras aplicáveis ou encontram dificuldades para comprovar a atividade exercida.

O julgamento reafirma um princípio fundamental do sistema previdenciário: a proteção da saúde do trabalhador deve permanecer como prioridade. A Previdência Social não pode ser analisada apenas sob a ótica financeira, mas também como instrumento de garantia da dignidade humana e da valorização do trabalho.

Ao reconhecer a inconstitucionalidade da idade mínima para a aposentadoria especial, o STF reafirma que a proteção ao trabalhador exposto a riscos ocupacionais deve prevalecer sobre medidas que, na prática, prolonguem situações potencialmente prejudiciais à sua saúde.

***Advogado especialista em Direito Previdenciário**